

**TECENDO UM IDEAL DE LIBERDADE: FESTEJOS DO  
ABOLICIONISMO EM BELÉM (1881-1888).**

**Carlos Denizar de Souza Machado**

Professor da secretaria de educação do Estado do Pará e Historiador da Secretaria de Cultura e Desportos de Bragança-Pará (SECULD), mestrando do programa de pós-graduação em história social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFGPA) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa de Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM).

**E-mail: [carlosdenizar@hotmail.com](mailto:carlosdenizar@hotmail.com)**

## Introdução

“Eram 9 horas pouco mais ou menos quando penetramos nos salões do nosso bom amigo Ilmm. Capitão Silva Santos.  
O citado cavalheiro com o fim de festejar o aniversário do seu casamento, e ao mesmo tempo de dous de julho abrirá áquelles ao concurso de uma sociedade elegante e ali oferecia uma noite...ideal!  
(...) Dahi a pouco a orchestra preludiou um vivendo. Empunhava a batuta da regência o conhecido e talentoso Barros.  
(...) aos prelúdios começaram a juntar os quadros para a 1ª quadrilha.  
Esta foi animadíssima.  
(...) *O festejado concedia cartas de liberdades ao resto de seos escravos!*  
(*Diário de Belém*. 09.07.1884) <sup>1</sup>

A descrição da seção “folhetim” do periódico Diário de Belém sobre a comemoração do aniversário do consórcio de casamento do Capitão Silva Santos, pode parecer, num primeiro momento, situação corriqueira de um indivíduo de razoável graduação na sociedade paraense que era cerimoniado por algum amigo que militava na imprensa.

Porém, mais do que uma cerimônia familiar e comemoração particular, esse festejo englobava uma série de questões sociais e políticas que marcaram a década de 1880 na capital paraense.

Na historiografia do abolicionismo, as festas se apresentam entrelaçadas aos clubes e associações, que em honra aos festejos de datas patrióticas (2 de Julho- Independência da Bahia comemorada pela colônia baiana ou 15 de Agosto- adesão do Pará à independência do Brasil) ou comemorações do calendário festivo de cunho emancipacionista ou abolicionista, tais como o dia “Vinte e Oito de Setembro” (que comemorava a lei do ventre livre de 1871) ou então a libertação de Fortaleza (1883) e da província cearense (1884).

Nesse texto, analiso os festejos do abolicionismo num contexto efervescência social de representação (AMARAL, 1998, p. 17). Analiso o contexto das festas do abolicionismo em dois eixos: Festejos que envolviam elementos das artes como forma de dramatização da questão escravista; Comemorações de cunho pessoal enquanto

---

<sup>1</sup> Grifo Meu.

forma de posicionamento político perante a questão escravista, no sentido de construção de uma memória social do abolicionismo em Belém.

Compreender o ideal de liberdade presente nos festejos do abolicionismo é o objetivo do presente trabalho, percebendo como foram realizadas diversas comemorações pela liberdade na capital paraense, envolvendo sujeitos, associações e autoridades em meio a um pretexto comemorativo, ou seja, usar calendário de acontecimentos social ou cultural cujos significados podem ser inter-relacionados à causa em favor do fim cativo, agregando adesões, construindo um movimento e marcando a memória social da liberdade.

As ações dos clubes e associações emancipacionista/abolicionista ou mesmo as sociedades patrióticas são questões reconhecidas na construção do ideal de liberdade no Brasil. Durante o início da década de 1880 ocorreram diversas ações culminando num movimento popular considerando aspectos como ideias de caridade pública, busca de igualdade civil. Em diversas províncias, entre elas a do Pará, ocorreu fundação de clubes e associações que, realizando festas, angariavam mais adeptos, o que a historiografia consagrou de Campanha Abolicionista (MORAES, 1986, p. 48).

Podemos pensar que processo que culminou com a liberdade do cativo no Brasil tinha grande ápice os festejos, celebração em pompa de entrega de cartas de liberdade. Ao analisar essa questão na perspectiva de Chalhoub, percebemos tentativa de representação de controle sobre mão-de-obra escravizada, que compreende tal questão como um “ato solene” (CHALHOUB, 2011, p.162).

Na Amazônia, especificamente, na província do Grão-Pará, ocorreu a construção de uma memória histórica do abolicionismo, realizados festejos diversos tanto pelas sociedades emancipadoras, quanto as abolicionistas, por grupos e sujeitos, que ao realizarem libertações, escolhiam efemérides, datas especiais, personagens a serem lembrados/ reverenciados e amplamente divulgados nos periódicos (NETO, 2011, p. 95).

Analisando nesse trabalho algumas festas sob a perspectiva de comemorações públicas e privadas. Sejam ações coletivas e individuais, familiares ou dos círculos de amizade, incluindo questões políticas, de cunho associativo, relacionado a eventos que usavam o meio das artes. Nelas, os agentes poderiam concorrer para promover a

libertação de escravizados em cerimônias marcadas por sentimentos de harmonia, conagração e regozijo.

Tais comemorações eram reverberadas pelos periódicos da capital paraense que foram fundamentais na construção de memórias e na socialização das ideias da luta antiescravista. Assim, além de registrar periodicamente o cotidiano da escravidão, franqueavam espaços e publicavam em notas a pedidos, “inventadas” ou “solicitadas” para divulgar atos pró-libertação.

Analisamos essas ações na perspectiva de sociabilidade que permeavam que diversos grupos sociais. Ao publicitar o “ato solene” de “conceder” a liberdade e ao posicionar-se como “abolicionista” poderia ser alvissareiro manifestar-se “em favor da liberdade” aliando atos de bondade e benevolência que agregava ou mesmo o indicava como partidário de uma causa humanitária e progressista, englobando momentos de euforia e comunhão de um grupo social.

### **Nos palcos da liberdade.**

As comemorações pela liberdade poderiam consociar diferentes sujeitos sociais, selecionando momentos e temáticas. As artes foram usadas como instrumentos de socialização e convencimento da causa do abolicionismo. Praticavam um repertório moral e retórica de generosidade e humanidade como argumento contra a escravidão, um importante espaço de propaganda (ALONSO, 2015, p.139). As apresentações poderiam adquirir caráter apelativo, conteúdo carregado de emoção, valendo-se do uso de hipérboles, metáforas e discurso de compaixão que consagravam ideais de liberdade e rememoravam personagens, datas e fatos.

Diversos atores, músicos e diretores, eram membros ativos de sociedades e clubes. As artes eram parte dos componentes das opções festivas da capital do Pará que também cotizavam para participar do processo de libertação. As diversas companhias dramáticas em suas temporadas líricas, em concertos, récitas ou em solenidades cívicas concorriam para dramatizar o processo de liberdade (SALLES, 1994, p.89).

Algumas ações em favor da liberdade em Belém foram articuladas por meio da Associação filantrópica de Emancipação de Escravos<sup>2</sup>. Ao organizarem eventos associados, realizavam bazares de caridade, quermesses, apresentações de cunho cultural com a finalidade de arrecadação de recursos. Essa entidade torna-se modelar para compreender a estratégia de convencimento durante os festejos do abolicionismo. As ações dessa associação primavam pela prática da legalidade, indenizando senhores e comprando alforrias, priorizando escravos com pecúlios ou complementando-os, além da cessão de cartas de alforrias sem ônus (NETO, 2015, p. 270).

Conforme aponta Neto (2009), foi fundada a denominada *Sociedade Dramática Abolicionista* organizada em 15 de agosto<sup>3</sup> de 1881. Em Belém, muitos espetáculos usavam o pretexto das comemorações cívicas e realizavam apresentações teatrais e atividades culturais. Estas peças circulavam por algumas capitais brasileiras, encenavam diversos dramas abolicionistas, entre as quais “filha da Escrava” ou mesmo “A cabana do Pai Tomás” (*Diário de Belém*. 15.10.1883).

A dramatização da escravidão apresentava relação com as artes engajada, em especial o teatro, poderiam deslegitimar a escravidão por meio da formação de um repertório moral antiescravista, sensibilizava e até mesmo denunciava a instituição, numa perspectiva de mobilização contra a instituição caracterizada como imoral e ilegal (ALONSO, 2005, p. 143).

As companhias artísticas encenavam dramas abolicionistas<sup>4</sup>, tais como a “filha da Escrava”, “os Milagres de São Benedito” ou “A cabana do pai Tomás”<sup>5</sup> com certa

---

<sup>2</sup> Conforme aponta Bezerra Neto, em 1881, foram reativadas as ações a Associação Filantrópica de Emancipação dos Escravos, que funcionara entre 1869 até 1874. A iniciativa do político conservador Samuel Wallace Mac-Dowel, teve apoio de José Henrique Cordeiro de Castro e Januário Antônio de Moraes, que realizaram em 24 de agosto uma reunião pública no salão do Teatro da Paz **Ver:** BEZERRA NETO, José Maia. *Se bom cativo, liberto melhor ainda: Escravos, senhores e visões emancipadoras* (1850-1888). **In:** Tornando-se Livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. Orgs: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. P. 257.

<sup>3</sup> Essa data cívica rememorava Adesão do Pará à Independência do Brasil, ocorrida em 1823. Construída como efeméride patriótica com pretexto para realização de festividades na capital paraense com alegorias à liberdade e apelos ao civismo e patriotismo. Essa efeméride era preferida e motivação de realização de cortejos cívicos, festas teatrais, ocorrendo à entrega de cartas de liberdades. **CF:** BEZERRA NETO, José Maia. *O Doce Treze de Maio. Abolicionismo e as visões da cabanagem, Grão-Pará- Século XIX*. **IN:** Faces da história da Amazônia. NEVES, Arthur; LIMA, Maria Roseane Pinto. Belém: Paka-Tatu, 2006. PP 341-382.

<sup>4</sup> SALLES, Vicente, *Épocas do Teatro no Grão-Pará: Ou apresentação do teatro de época*. Belém: UFPA, 1994. PP 88-122.

regularidade nos teatros da capital. Em 1883, por exemplo, durante a temporada da empresa artística de Manuela Lucci, sob a direção de Soares de Medeiros, encenou-se a peça “O escravo fiel”<sup>6</sup>, constituída de cinco atos, sendo “1º acto- Os parentes da morte. 2º- A partilha do finado. 3ª- O liberto vendido. 4º- O herdeiro encarcerado. 5º- O preto falando ao rei.” (*O Liberal do Pará*. 28.09.1883).

Em 1882, José Henrique Cordeiro de Castro, destacado membro da associação emancipadora e organizador de festejos patrióticos e abolicionistas na capital paraense, recebeu do ator dramático senhor Antônio Pedro uma correspondência destacando sua intenção de contribuir com seu talento artístico. A nota dizia que “aproveito o ensejo para rôgar-lhe determinar o dia em que deseja que seja dada uma recita no “Teatro da Paz”, em favor dessa benemerita associação, bem como orientar-se sobre a distribuição de bilhetes para a mesma recita.” (*O Liberal do Pará*.16.05.1882).

Foi organizada reunião com as sociedades beneficentes e abolicionistas da capital para “tratar-se do espetáculo que generosamente offereceo em favor da redempção de escravos o festejado Maestro Carlos Gomes (...)” (*O Liberal do Pará*. 08.06 1883). Novamente José Henrique Cordeiro de Castro, articulava a vendagem de bilhetes de espetáculo lírico no qual seria apresentado ao público apresentações no Teatro da Paz, destacando-se a ópera “O Guarani”. Aproveitando repercussão de presença do Carlos Gomes maestro, Cordeiro de Castro movimentou uma série de ações para celebrar sua chegada e associá-lo ao movimento de liberdade.

A sua recepção foi organizada pela Comissão Central de Emancipação<sup>7</sup>, associação organizada em homenagem à libertação da cidade de Fortaleza (NETO, 2009, p. 359). Na recepção “o sr. dr. Moura, orador da comissão, fez sentir ao maestro brasileiro o alto apreço que tem a população de Belém (...) adicionando algumas considerações sobre o momento da questão da atualidade- a abolição do elemento servil.” (*O Liberal do Pará*. 10.06.1883).

---

<sup>5</sup> *Op. Cit.* P. 116.

<sup>6</sup> Apesar da vinculação com o movimento do romantismo, segundo José Roberto Farias, esta peça de Antônio Carlos Cordeiro se aproximava a encenação da “Cabana do Pai Tomás”, em especial, a ideia de uma sua repulsa que ela causava nos espectadores em relação à escravidão. Essa questão foi analisada por Machado de Assis, ao realizar crítica da peça para “Revista de Teatros”. **Ver:** FARIAS, José Roberto. Teatro Romântico e a escravidão. **IN:** Revista de Literatura Brasileira [12|13]; São Paulo, p. 94-111, 2013.

<sup>7</sup> Doravante, CCE.

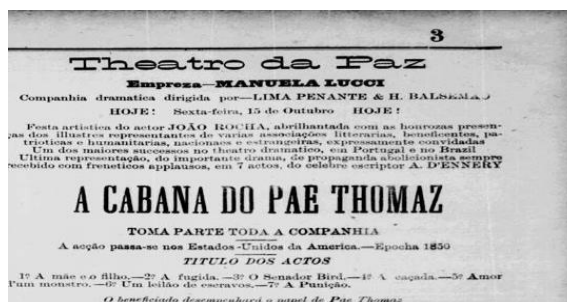
Para alimentar o fundo de libertação da referida CCE, ocorreu apresentação cultural, pois “acham-se já registrados 46 escravos com pecúlios, cujas libertações a comissão vai promover. A comissão encarregada de promover o concerto abolicionista pretende dirigir-se á distinta pianista d. Idalia França.” (*O Liberal do Pará*. 17.06.1883). Usando como tática do apelo e persuasão destacava ainda que “Não hesitamos em affirmar que a gentil paraense porá de um bom grado o seu talento artistico á disposição da sublime causa da redempção dos captivos.” (*Idem*).

O Club Abolicionista dos Patriotas, fundado em 1884 e com aspirações mais “populares”, também organizou uma festa artística (NETO, 2009, p. 394). A nota do periódico destacava, além do número de pessoas que foram prestigiar a apresentação, ressaltava toda animação da “festa artística do emérito actor, Luis Milone. O Club dos Patriotas, em homenagem ao nobre artista, ofereceu-lhe por essa ocasião duas cartas de liberdade, para que elle entregasse, como entregou, ás victimas arrancadas do abysmo da escravidão.” (*Diário de Belém*. 15.07.1884).

Esse repertório era apresentado com regularidade nos palcos da capital e contribuía para o processo de dramatização da instituição escravista por meio de cenas do cotidiano da escravidão, um choque moral, cenas com representações de açoitamentos, escravos em ferros, cenas com derramamento de sangue, amor entre um escravizado e um livre.

Segundo Drescher (2011), o abolicionismo elegia imagens ou símbolos, tal como um escravo ajoelhado em súplica. Esse tipo de imagem ou representação formava uma alegoria ou mesmo o repertório artístico, tais como gravuras, poemas, músicas ou peças que formavam um conjunto imagético desse engajamento. A sugestiva composição de música de Francisco de Paula Neves Seixas dimensiona esse ideal, repercutida em apresentações de peças cujo tema era a abolição, denominada “Supplica de um Escravo” (*Diário de Notícias*. 24.11.1881).

1. *Theatro da Paz - Diário de Belém. 15 de outubro de 1883, p. 3.*



As artes, em especial as apresentações culturais com teatro, música ou óperas/operetas, formaram um leque de estratégia de dramatização e convencimento em torno da causa abolicionista, sobre tudo, relacionado a um grupo social consumista. Entretanto, essas encenações não se restringiam somente ao Teatro da Paz ou mesmo a uma “elite”. Poderiam se espalhar por outros espaços como praças públicas, escolas ou circos populares.

No decorrer da década abolicionista, ocorriam festas artísticas com apresentações dramáticas em quermesses nos distritos e bairros, circos ou praças públicas da capital paraense, numa perspectiva de diversão populares com peças curtas, operetas, cenas cômicas e comédias musicadas (SALLES, 1994, p.194). Havia também a participação de grupos de estudantes e professores que organizavam quermesses abolicionistas, realizando apresentações culturais, declamando poesias, organizando batalhões, faixas e apresentações. Em 1888, durante a divulgação de uma *Soirée*, os estudantes e professores foram organizadores de diversas apresentações e teve como programação:

1ª parte-peça musical executada pela banda do 15º batalhão, cedido pelo exc. sr. administrador vice-presidente da provincia, subirá a scena a interessante comedia – *O morto ressucitado*.

2ª parte: O alumno Euclides Dias desempenhará o entre acto scenico: O mundo cae torto.

3ª parte: Declamação emphatica da importante poesia- Ave, libertas (de Ribeiro Gonçalves) pelo alumno do curso primario- Armando Pereira. Nessa occasião poderá outras pessoas usar a palavra.

4 parte: A comedia *Tribulações de um estudante*, em que tomam parte os alunos Candido, Olavo e Seixas.

5ª parte: Em parecer dos distinctos cavalheiros repetir-se o 2º acto da comedia: *Os estudantes da Bahia* alusivo ao magno assumpto da actualidade- a redempção dos captivos. (*O Liberal do Pará*. 25.04.1888).

A repercussão da *Soirée* dramática dos estudantes do colégio Atheneu paraense foi destacada como apresentações satisfatórias no qual “auditorio foi unanime em aplaudir o desembaraço, correcção de phrase e desenvolvimento scenico dos curiosos actores.” (*Idem*). Além de entreter, emocionar e dramatizar conseguia também persuadir e sensibilizar que outros sujeitos aderissem à causa. Podemos perceber essa questão, quando o registro do periódico, destacava que:



Esses applausos recrudesceram durante a declamação emphatica, feita pelo menino Armando Pereira da poesia – *Ave, libertas*, mimosa e inspirada producção de Ribeiro Gonçalves.

(...) depois de varias considerações sobre o magno assumpto da actualidade, declarou que os cidadãos Leopoldino ferreira Teixeira e Antonio Moisés Siqueira Goés, em testemunho de profundo apreço e estima ao director do “Atheneu” e para maior realce da festa que então se celebrava, davam liberdade o primeiro aos seus escravizados Helena e Paulo, ambos de 25 annos de idade (...).

*O auditorio manifestou-se arrebatado de enthusiasmo por esses rasgos de philantropia.*<sup>8</sup>

Usou ainda a palavra o professor Augusto R. Pinheiro, lendo um bem elaborado discurso, relativo á idéa da abolição e recitaram belas e adequadas poesias os srs. Elias Vianna e J. Nilson.

A festa terminou ás 11 ½ da noite, levando todos os convivas as mais agradáveis impressões da mesma. (*Ibidem*).

### **Enlace e liberdade.**

A cerimônia privada e festiva da instituição do casamento poderia ser um acontecimento social no qual os sujeitos poderiam utilizar do momento de comunhão para demonstrar empatia política e fazer concessão da liberdade. Devemos ter ciência que o abolicionismo apresentava em seu repertório a ideia de subscrição social, formava uma rede de relações marcada pela heterogeneidade, bem como caráter espalhafatoso das cerimônias, em muitos casos, divulgado na imprensa como uma grande “festa” (SALLES, 2005, 347).

Essa perspectiva associava uma realização pessoal como uma “festa de liberdade”, um ato caridoso, bondoso, carregado de sentimento humanitário Foi o caso da cerimônia no qual “o Sr. tenente Pires Camargo deu liberdade ao escravo Ernesto em virtude de seu consorcio, ante-hontem. Registremos esse acto de philantropia.” (*Diário de Noticias*. 06.02.1886). Em 1887, a união de Raymundo José de Lima e Maria José de Lima, ocorrida na Igreja de Santo Alexandre, foi pretexto e motivação para que “No acto do casamento foi entregue uma cartas de liberdade ao escravo Avelino, dada sem onus algum pela exm<sup>a</sup> sr<sup>a</sup> Angela Lima, mãe da noiva. Desejamos uma verdadeira messe de felicidade ao jovem casal.” (*Diário de Noticias*. 22.10.1887).

Ainda em 1887, em ato solene realizado na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, no quarto distrito de Belém, as comemorações do matrimônio de Ricardo José de Oliveira Santos e Thereza Oliveira dos Santos tivera a mesma caracterização. Segundo a

---

<sup>8</sup> Grifo Meu.

nota do periódico “compareceram ao acto muitas pessoas gradas da nossa sociedade.” (*Diário de Noticias*. 22.02.1887). No desenrolar da cerimônia, fora destacada diversos brindes “Do sr. João Santos, pae da noiva, brindando o Sr. Major Frederico Costa e declarando que em homenagem a si e como demonstração de seu justo jubilo, declara livre, e pedia ao sr. major Costa que entregasse carta de liberdade ao seu escravo Belmiro, *de cor branca*<sup>9</sup>.” (*Idem*).

Essa festa de casamento foi marcada não somente pela cerimônia de concessão de alforria do escravo Belmiro. Ocorreu outro ritual, relacionando brindes dos convidados e entre proclamações de felicidades e vivas ao casal, foram destacados que:

O sr. J Fernandez arrebatado de entusiasmo, ergueu um brinde de ligeiras mas expansivas palavras ao *benemerito libertador*<sup>10</sup> João Rodrigues dos Santos.

Do Sr. João R. Vieira, ao abolicionista distinto, que cortou sua brilhante carreira, que nos centros mais longiquos do Ceará, foi redimir o escravo, ao sr. J. Fernandez.

Do Sr. J. Fernandez, a um cavalheiro ausente, mas que deve merecer respeito e admirações dos seus concidadãos, do amigo distinto e grande alma, de talento e caracter venerado, do Conselheiro Samuel W. Mac-Dowell, representado por digno cunhado Major Frederico Costa. (*Ibidem*)

A celebração do enlace foi pretexto para marcar na memoria social o apoio e posicionamento político, bem como estimulava adesões ao movimento social em prol da liberdade. Ao buscar a legitimação social era proclamado alguns sujeitos, alcunhados como “libertador” ou “abolicionista”. Foi o caso da atitude do senhor João Santos, que poderia servir de exemplo a outras pessoas.

A presença de Joaquim Fernandez, por outro lado, nos dá uma dimensão da sociabilidade e interação entre os adeptos da causa do abolicionismo. Isso se deve ao fato de que este indivíduo provavelmente fazia parte de uma rede de liberdade (ALONSO, 2015). Este apresentava relações com a Sociedade Libertadora Cearense e também no Rio Grande do Norte.<sup>11</sup> Por conseguinte, a menção a figura de Samuel Mac-

---

<sup>9</sup> De acordo com José Maia Bezerra Neto, o componente racial integrava o rol de critérios adotados para a concessão de liberdade seja pelos senhores ou clubes e associações emancipacionistas e abolicionistas. **CF:** BEZERRA NETO, José Maia. *Se bom cativo, liberto melhor ainda: Senhores, escravos e visões emancipadoras (1850-1888)*. **In:** Tornando-se livre: *Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Organização, Maria Helena Pereira de Toledo Machado e Celso Thomas Castilho. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2015. PP- 257-276.

<sup>10</sup> Grifo Meu.

<sup>11</sup> Joaquim Fernandez é citado na descrição das festas de libertação de Fortaleza como representante do Rio Grande do Norte nas comemorações em cortejo cívico, tendo direito do uso da palavra e aplaudido ao

Dowell, não menos importante, devido tanto a sua posição política conservadora no império, quanto figura importante da Sociedade Emancipadora Filantrópica de Emancipação de Escravos, existente desde a década de 1850 (NETO, 2015, p. 257).

**Aniversário, batizado, emancipações ou “em memória”.**

Além da cerimônia de matrimônio, outras festas ou ato memorial possibilitavam a exposição de um posicionamento, construção de uma identidade coletiva e legitimação social, era momento mostra-se como partidário da liberdade. Seja a lembrança do aniversário, o nascimento de um filho ou seu batizado ou então cerimônia em memória de um ente querido, tornavam-se momentos de concessão de cartas de liberdade. A festa poderia significar então um princípio de ação pautado pela ideia do “faça você mesmo” (ALONSO, 2015, p. 194).

Em 1883, aproveitando o clima de euforia resultante das ações dos clubes e associações emancipacionistas e abolicionistas que festejaram a libertação da cidade de Fortaleza, foi articulada uma comissão formada por artistas “Carlos Bôrneo, Francisco Rosa, João José Rodrigues da Silva, Jeronymo Antonio dos Santos, Raymundo de Aguiar e Silva e José Maria Corrêa dirigiram-se hontem a s. exc. o sr. presidente da provincia pedindo uma banda de musica para passeata” (*Diário de Notícias*. 02.06.1883).

A ideia da comissão era “esmolarem a caridade publica, em beneficio dos captivos.” (*idem*). Aproveitando essa atmosfera, em nota publicada na mesma coluna do periódico, era ressaltado que na noite da “grande passeata” o professor Ismael Novaes que entregava ao Engenheiro Ignacio Moura uma carta “para solemnisarmos o dia do baptismo de minha primeira filha Floripes, meu pai, minha esposa e eu concedo carta de liberdade a nossa escrava Benedicta Serafina.” (*Diário de Notícias*. 02.06.1883).

Ainda em 1883, a viúva, filhos e genros de José da Gama Malcher, chefe do partido liberal no Pará, em ato de memória para lembrar a data de falecimento “entrega hoje, por ocasião da missa em que mandam rezar no cemitério Santa Izabel (...) quatro cartas de liberdade a escravos do casal, que por seus bons serviços prestados, se fizeram dignos de recompensa (...)” (*O Liberal do Pará*. 14.04.1883).

---

discursar sobre o ato que se celebrava. CF: O Libertador. *Acontecimento sem igual*. 8 de abril de 1884, p.2.

Nessa mesma perspectiva que o periódico *O Liberal do Pará* registrava uma “ação generosa e nobre” destacando o agradecimento de José Henrique Cordeiro de Castro, em nome da Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos, que dirigia carta ao major Miranda pedindo “preço para a libertação do escravo moço Luiz, com peculio de 500r\$ na thesouraria e a quem no excedente estava a mesma “associação” deliberando á garantir.” (*O Liberal do Pará*. 05.10.1882).

A resposta publicada no jornal informava que o major declarava que:

(...) Muita consideração tributava ao pedido da “Associação Phlntropica” mas que há muito tempo tencionava dar á liberdade sem onus é esse escravo, pelos valiosíssimos serviços com que tanta dedicação prestou até seus últimos momentos ao seo estremecido filho de saudosa memoria, dr. Bertino José de Miranda.

Que n’um destes dias, anniversario natalicio de uma das suas filhas, passaria carta de liberdade á Luiz, com a condição única de fazer elle reverter, depois de liberto, o seo peculio de 500\$000 em favor de seu irmão escravo.<sup>12</sup>

Em 1884, em nota intitulada “A Idéa caminha” divulgada pelo jornal *Diário de Notícias*, mais uma vez relacionava a reunião social festiva, uma *Soirée*. Organizada na residência de Manoel Francisco da Silva e tinha como pretexto de comemoração do seu aniversário. A nota do explicava que “(...) distintos cavalheiros e senhoras de sua amizade, em festejo ao anniversario de nascimento, fechando essa festa familiar com duas cartas de liberdade, que sem onus algum entregou a Olivia e Vicente, que eram de sua propriedade.” (*Diário de Noticias*. 24.05.1884).

Ao aliar a ideia de “boa ação” ou ato de altruísmo que o periódico *Diário de Belém* informava que apesar de não haver maiores comentários para ressaltar a nobre iniciativa “de coração” que faziam em liberta duas escravas “sem onus algum”. Em razão do batismo do seu neto, o Capitão Cezario de Santa Brigida Botelho e sua esposa Maria do Socorro Seabra Botelho “para darem maior realce ao acto de baptismo de seu estremecido neto, que teve lugar no dia 28 do mez findo, na capela da casa de sua residencia, no rio Maguary, concederão liberdade ás suas escravas Marianna e Felicia, sem onnus algum.” (*Diário de Belém*. 2 de julho de 1885).

Retomando a descrição do inicio desse trabalho, que marcava a cerimônia do casamento do capitão Silva Santos. O clima de êxtase e alegria que fora enfatizado no texto ocorreu a descrição da *Soirée*, com a dança de quadrilha no qual “Seguiu-se outra,

---

<sup>12</sup> *O Liberal do Pará*. 05.10.1882

mais outra e em todas as outras tres primeiras, a mesma alegria, mesma animação, mesmo delírio!”. (*Diário de Belém*. 09.07.1884). Além das quadrilhas dançando, o casamento teve como atração aos convidados um banquete no qual “O illmo sr. Silva Santos e sua Exma. sra esposa coma sua amabilidade caracteristica fizeram então passar seus convidados a uma sala de jantar aonde os esperava uma ceia esplendidamente organizada.” (*Idem*).

Segundo Pantel (1998), o banquete em uma festa apresenta significados sociais e caráter cívico de ajuntamento e coesão dos grupos sociais, fermento de sociabilidade. Ora, a cerimônia do casamento era então, mais do que acontecimento social, significava aderir/confirmar posicionamento político perante a comunidade. Ritualizava a liberdade, em meio aos comes e bebes, foi realizado “Brindes graciosos foram levantados a proposito. Então começou uma nova festa. A liberdade entrava saudando o mundo.” (*Ibidem*).

### **Conclusão: As festas e seus significados.**

O pretexto comemorativo vinculando as festas de liberdade demonstrava como o abolicionismo expandiu uma rede em múltiplas direções. Pautado pela alegria, confraternização do “ato solene” de reforço de autoridade e benevolência. Uma onda de libertações nos anos findos da escravidão no Brasil foi tonalizada como atos de caridade ou filantropia, questão de civilizacional e de progresso social. O “dizer-se” abolicionista era um ato político de adesão e agregação. De certo, poderia tornar uma ação pedagógica que estimulava adesão e diferentes interpretações sobre o significado da liberdade (MORAES, 2015, p. 325).

As festas do abolicionismo em Belém foram marcadas por uma avalanche de comemorações, atos de proclamação de diversos sujeitos como partidário da causa emancipatória que culminavam com a entrega de cartas de liberdade. Ao se tornar uma temática do cotidiano, seja pública ou privada, era reverberada, ora numa reunião social de amigos e familiares, ora exteriorizada numa apresentação teatral, num cortejo de rua, numa inauguração de obra pública.

O envolvimento de sociedades emancipadoras e abolicionistas, artistas e intelectuais, professores e estudantes e da gente comum, além da extensa propaganda

dos jornais que promoviam ações de liberdade denotam a relevância dos regozijos para a compreensão do abolicionismo, muitos deles concorrendo com seu trabalho para doar cartas de alforrias ou mesmo aumentar os recursos do fundo de emancipação (SALLES, 2005, p. 340).

A junção de diversos sujeitos em torno da libertação nos possibilita pensar no abolicionismo enquanto arena de disputa de projetos políticos e visões de liberdade, estratégias que, em geral, exteriorizavam a persuasão e uma rede de sociabilidade em torno de um movimento político. Comemorar e libertar significava passar a imagem de boa ação, gesto humanitário, de progresso moral e em busca da “civilização”.

As festas ensejavam uma série de arranjos que poderiam tirar a prerrogativa da autoridade senhorial em relação à concessão da liberdade. Essas comemorações aumentavam as pressões sociais e de certa forma, “forçavam” os senhores a “ceder” ou negociar a liberdade; Apesar do discurso das festas enquanto ação de benevolência, muitos dos libertados durante os festejos possuíam pecúlios depositados na tesouraria provincial, um predicado que atendia o critério do bom trabalhador, que poupava e apresentava um ofício, conforme critérios adotados por sociedades emancipadoras e abolicionistas e pelos próprios senhores que, porém, os alforriavam por “benfazer” nos momentos festivos.

Além das lutas cotidianas dos escravizados para obtenção da liberdade, a intervenção dos clubes e associações emancipacionistas ou abolicionistas contribuía e, no limite, esgarçava a relação entre senhor e cativo, fator que poderia gerar negociação ou conflitos, por meio de fugas, processos judiciais (MACHADO, 2010, p. 150). Não era à toa que os “rascos de filantropia” poderiam ser compreendidos como uma “moda” ou então uma resposta às pressões abolicionistas pelo fim do cativeiro.

Dessa forma, a questão moral era posta na arena pública e dramatizada, a legalidade da instituição escravista era posta em xeque à medida que aumentava os adeptos do movimento, o número de libertados e suas repercussões nos periódicos e no cotidiano. Essa mobilização fortalecia a teia do ativismo e persuasão (ALONSO, 2015, p. 20).

Por outro lado, eram estratégias de convencimento e lugar do debate político, construção de uma rede de sociabilidade em torno das adesões. Significava demarcar com alegria e harmonia o processo de liberdade. O caráter fraternal e altruísta, um ato de conciliação e empatia humana (HOCHSCHILD, 2005, p.463).

Desatando os nós que ligavam desde a imprensa até artistas, de professores a estudantes, mulheres e autoridades no jogo político do processo emancipatório podemos perceber a subscrição social em torno da causa da liberdade, ou seja, que os festejos do abolicionismo representavam disputa em torno do ideal de liberdade em que o conagraçamento, alegria e a cordialidade eram os significados impressos naqueles regozijos. Ao criar um ambiente festivo, ao usar o som, discursos, encenações, discursos, enfeites, banquete, música e danças buscavam tecer um ideal de liberdade na memória social. Nesse sentido, as comemorações eram demarcadas pelo caráter de benevolência, evitando ou mesmo expurgando possíveis conflitos.

Na disputa da memória da liberdade, havia uma preferência<sup>13</sup> no destaque aos emancipadores e abolicionistas atrelados aos clubes e associações ou então às autoridades políticas. Por tanto, era conveniente e prudente o caráter festivo e amistoso da liberdade, uma descrita e representada enquanto ação caridosa, bondosa ou até mesmo filantrópica.

### **Referências bibliográficas**

**ALONSO**, Angela. *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Cia das letras, 1ª edição. 529 p.

**AMARAL**, Rita. As mediações culturais das festas. *Revista Mediações*. Londrina, v. 3, nº 1, PP 13-22. Jan/jul. 1998.

**BEZERRA NETO**, José Maia. *A Segunda Independência. Emancipadores, Abolicionistas e as Emancipações no Brasil*. Almanack. Guarulhos. Nº 2. PP. 87-100. 2º semestre de 2011.

\_\_\_\_\_, José Maia. *Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As Lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. Tese

---

<sup>13</sup> Não por acaso, tanto escravizados e libertos, quanto trabalhadores em geral foram preteridos e, em boa parte das comemorações, desbotados nos relatos dos cronistas dos festejos, colocados à margem ou como coadjuvantes nos processos que de liberdade.

(Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2009, PP 359-371.

\_\_\_\_\_, José Maia. *Se bom cativo, liberto melhor ainda: Escravos, senhores e visões emancipadoras*. **IN:** *Tornando-se Livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Orgs: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. PP 257-276.

**CHALHOUB**, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

**DRESCHER**, Seymour. *Abolição: Uma história da escravidão e do anti-escravismo*. Tradução: Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora da UNESP, 2011. 736 p.

**HOCHSCHILD**, Adam. *Enterrem as correntes: Profetas e rebeldes na luta pela libertação dos escravos*. Tradução: Wanda Brant. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. 587 p.

**MACHADO**, Maria Helena Pereira de Toledo. *O Plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. 2ª edição rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 248 p.

**MORAES**, Evaristo de. *A campanha Abolicionista: 1871-1888*. 2ª edição. Brasília, editora da Universidade de Brasília, 1986. 407 p.

**MORAES**, Renata Figueiredo de. *Abolição além do parlamento: As festas de maio de 1888*. **In:** *Tornando-se Livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Orgs: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. PP 315-334.

**PANTEL**, Pauline Schmitt. "As refeições gregas, um ritual cívico". **IN:** História da alimentação / sob a direção de Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari; [tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira]. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. Pp. 118-128.

**SALLES**, Vicente. *Épocas do Teatro no Grão-Pará: Ou apresentação do teatro de época*. Belém: UFPA, 1994. PP 88-122.

\_\_\_\_\_, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3ª edição revisada e ampl. Belém: IAP, programa Raízes, 2005.

### **Jornais (1881-1888)**

Diário de Notícias.



**ANPUH-Brasil - 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Recife, 2019**

Diário de Belém.

O Liberal do Pará.

O Libertador (Ceará)